



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 0117/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00135 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

UNIDADE: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso à cópia integral do espelho do processo SPDOC e nome do funcionário responsável pela elaboração do espelho. Informação inexistente. Não provimento.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 0117/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão forneceu parte das informações solicitadas. Insatisfeita, a solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o ente complementou a resposta inicial e informou que: *"quanto ao responsável pela digitalização do processo físico, não conseguimos identificar quem realizou a digitalização"*. Cientificada a interessada reiterou o pedido relativo ao nome do funcionário responsável pela elaboração do espelho.
4. No caso concreto em análise, verifica-se a impossibilidade material de se atender ao pedido do recorrente, uma vez que o órgão informou que o registro solicitado não existe.
5. O atendimento a um pedido de acesso à informação pressupõe que a informação exista. Desta forma a declaração de inexistência da informação é satisfatória e atende aos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Nesse sentido, cumpre observar que a Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Governo Federal - CRMÍ - consolidou o entendimento de que *"a declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa."* (Súmula CRMÍ nº 6, de 2015).
6. Oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme esposado no plano federal pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle: *"A alegação de inexistência de documento / informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa-fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da*

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental."
(Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal.
Interessado: A.S.F.).

7. Considerando que o órgão comunicou para a interessada a inexistência da informação solicitada, **conheço do recurso**, e no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, incisos II e III, da referida Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20, incisos I a IV, do Decreto nº 58.052, de 16 maio de 2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 06 de abril de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público